

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.699 - SP (2019/0299219-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : PAULO ROGERIO COMPIAN CARVALHO
ADVOGADO : PAULO ROGÉRIO COMPIAN CARVALHO - SP217672
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATHAN ANDREW DIAS DE SOUZA (PRESO)
PACIENTE : NIVALDO ALCANTARA VIEIRA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JONATHAN ANDREW DIAS DE SOUZA e NIVALDO ALCANTARA VIEIRA JUNIOR contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º 2213733-54.2019.8.26.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta do autos que os Pacientes foram presos em flagrante, em 04/12/2018, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 155, § 4.º, incisos I e IV, do Código Penal, 311 da Lei n.º 9.503/1997, e 33 da Lei n.º 11.343/2006, porque teriam "*mediante rompimento de obstáculo, subtraíram para si, um roda com pneu, avaliados em R\$ 300,00 (trezentos reais); 01 (uma) mochila Adidas, avaliada em R\$ 100,00 (cem reais); 01 par de tênis Mizuno, avaliado em R\$ 300,00 (trezentos reais) e 01 relógio de pulso Garmim, avaliado em R\$ 1.000,00 (mil reais), pertencente a vítima L.B.L*", trafegado "*em velocidade incompatível com a segurança em local com grande movimentação e concentração de pessoas*" (fl. 40) e guardado e transportado "*47 (quarenta e sete) porções de Cannabis Sativa L – maconha (143,15g – cento e quarenta e três gramas e quinze centigramas), e 33 (trinta e três) porções de cocaína (28,65g – vinte e oito gramas e sessenta e cinco centigramas)*" (fl. 41; sem grifos no

Superior Tribunal de Justiça

original).

O Juízo de primeira instância converteu a prisão em preventiva.

Diante disso, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, tendo o Relator indeferido o pedido liminar (fls. 33-35).

Neste *writ*, sustenta o Impetrante, em síntese, que não houve fundamentação idônea para o decreto de prisão preventiva dos Pacientes.

Alega que os Pacientes são primários e possuem endereço fixo, e teria sido pequena a quantidade de drogas apreendida.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva dos Pacientes.

É o relatório.

Passo a decidir.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na súmula n.º 691/STF ("*[n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de

Superior Tribunal de Justiça

qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, como se vê na decisão combatida, não há ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal – cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça –, sobretudo porque a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva não se encontra, em juízo de cognição sumária, desprovida de fundamentação.

A propósito, confirmam-se os fundamentos da supramencionada decisão (fls. 37-38, sem grifos no original):

"[...] Ficou evidenciado, a princípio, que abordado o veículo suspeito, houve fuga tresloucada, durante a qual houve a tentativa de livrar-se das drogas, posteriormente localizadas; abordados, após colisão do veículo com terceiro, foram contidos; no interior do veículo havia bens subtraídos, conforme contato com a vítima. Ainda que os autuados aleguem desavenças com os policiais encarregados, é certo que há notícia de necessidade da contenção de ambos; a situação concreta dos indiciados é gravosa pois, embora neguem estar com drogas, o certo é que o material foi apreendido e, de acordo com os relatos que ora devem prevalecer, o pacote foi 'dispensado' do carro em que estavam; nesse veículo, ademais, localizados bens furtados de pelo menos uma vítima, o que demonstra que os mesmos vem se dedicando a ataques ao patrimônio alheio, causando não só prejuízos sensíveis, como contratempos inúmeros. A conduta praticada, em tese, pelos autuados, é daquelas que tem subvertido a paz social. Presentes, neste instante, circunstâncias justificadoras da manutenção de sua custódia, para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. Com efeito, não há nos autos indicativos seguros da vinculação ao distrito da culpa. Não há, ainda, comprovante de ocupação lícita. Ambos autuados foram liberados recentemente do sistema prisional (Jonathan em 13/11/2018 e Nivaldo em 27/06/2018), sem retomada de conduta condigna, tanto que inseridos em ambiente pernicioso, de drogadição, além de envolvimento, em tese, em furtos qualificados. Não há como ser deferida a liberdade, neste momento, pois necessário resguardar a ordem pública, já que a sociedade se vê constantemente atormentada pela prática de fatos como o presente, ensejadores de crimes patrimoniais, de desestabilização familiar e de violência, em termos gerais, bem como por presente o risco de se frustrar a aplicação da lei penal, já que não há garantias de que, uma vez concedida a liberdade, não se frustrará o regular andamento do feito, subtraindo-se à ação da justiça criminal. Importante, ainda, a custódia, para impedir eventuais recidivas, prováveis em razão da aparente inserção em ambiente francamente pernicioso. O delito em questão é insuscetível de fiança; não há

Superior Tribunal de Justiça

possibilidade de aplicação de outras medidas cautelares, pois não há aparato de fiscalização adequado. Ademais, prematura incursão aprofundada no mérito, inclusive quanto a eventual privilégio, cuja aplicação somente será viável após regular instrução, a possibilitar melhor compreensão dos fatos, e aferição concreta das situações pessoais. Plenamente justificada, pois, a manutenção da custódia cautelar, que ora determino, restando prejudicados os pleitos benéficos à defesa."

Vê-se que o decreto está fundado no **risco concreto de reiteração delitiva** – Pacientes "*foram liberados recentemente do sistema prisional*" –, bem como na **especial gravidade da conduta**, evidenciada pelo *modus operandi* dos delitos, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Diante do que registrado acima – em que não se observa, ao menos *primo ictu oculi*, nenhuma teratologia –, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Assim, não há teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente à Corte impetrada sua análise, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Instância *a quo*, mormente porque o remédio constitucional, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com base nos arts. 34, inciso XVIII, e 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora